

Karen Macknow Lisboa

Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo.
Doutora em História Social.

O Brasil dos Naturalistas

Spix e Martius

Taxonomia e sentimento

A partir da obra de Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, e do estudo da trajetória intelectual deste último, a autora propõe uma reflexão acerca do papel e da função de

um viajante naturalista do século XIX e uma análise sobre a relação afetiva que este estabelece com a própria natureza, que é, ao mesmo tempo, objeto científico, mas também sentimental, um lugar de experimentação de sensações e sentidos.

Palavras-chave: história natural; século XIX; viajantes.



Taking as a starting point the book *Travels through Brazil* written by Spix and Martius, and the intellectual career of the latter, the author proposes a reflection on the role and

activities of a naturalist traveler from the 19th century, and an analysis of the affective relationship that is established between the historian and nature itself, that is, at the same time, a scientific and a sentimental object, a place to experience sensations and the senses.

Keywords: natural history; 19th century; travelers.

Lemos no terceiro volume da *Viagem pelo Brasil*,¹ sob a pena do naturalista bávaro Karl von Martius, uma passagem de seu diário que ele inseriu no relato da expedição:

Pará, 16 de agosto de 1819.

Como me sinto feliz aqui, como chego a compreender a fundo muito daquilo que até agora era inacessível!

O lugar sagrado, onde todas as for-

ças se reúnem harmoniosamente e ressoam como canto triunfal, amadurece sensações e pensamentos. Parece-me compreender melhor o que é o historiador da natureza. Diariamente lanço-me na meditação do grande e indizível quadro da natureza e, embora seja fora de meu alcance compreender sua finalidade divina, ele me enche de deliciosas emoções. São três horas da madrugada; levanto-me da rede porque não consigo mais dormir de excitação; abro as venezianas e olho para a noite escura e solene. (...) Como tudo é quieto e misterioso em torno de mim. (...) contemplo os meus queridos amigos, as árvores e arbustos (...).²

Com estas palavras, Martius introduz o leitor a uma espécie de meditação, que nos convida a refletir sobre duas questões: o que definia um historiador da natureza ou um naturalista no início do século XIX e o que se pode depreender da percepção de felicidade sentida pelo naturalista neste lugar.

SOBRE A DEFINIÇÃO DO HISTORIADOR DA NATUREZA

Formado na herança da ciência enciclopedista, portanto ainda antes da disciplinarização do saber, o naturalista procurava almejar o conhecimento universal. Ser naturalista implicava compreender tudo o que dizia respeito ao mundo natural, desde os minerais, passando pela fauna e flo-

ra, até os fenômenos climáticos, geográficos e astronômicos. Nisso estava compreendida também a sociedade humana, sua civilização, sua história, sua economia e assim por diante.³ Na introdução da *Viagem pelo Brasil*, informa-se ao leitor os objetivos dos naturalistas e das tarefas de que foram incumbidos em nome da Real Academia de Ciências da Baviera.⁴ Spix,⁵ experiente na pesquisa zoológica, incluiria nesse domínio

tudo o que diz respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual etc.; a morfologia e a anatomia de todas as espécies animais, (...) os seus hábitos e instintos, a sua distribuição geográfica e migrações.⁶

A Martius⁷ caberia pesquisar a flora brasileira em toda a sua extensão, descobrindo a provável origem das famílias, considerando fatores climáticos e geológicos. Deveria ainda coletar dados a respeito do cultivo de plantas nativas, das introduzidas, das que se prestam para “as artes e indústria” e dos medicamentos vegetais. Mas a Academia também solicitou a investigação em outros ramos das ciências naturais, como a mineralogia, a geologia e a física. Almejando o conhecimento universal, o zoólogo e o botânico também abraçariam os

estudos das diversas línguas, do folclore, dos mitos e tradições históricas. Do material histórico antigo e recente, como inscrições, moedas,

ídolos e, em geral tudo que pudesse esclarecer o estado de civilização e história tanto dos aborígenes como de outros habitantes do Brasil.⁸

A essa apreensão universalizante subjaz o olhar do naturalista que apreende a natureza por meio da descrição isolada de seus objetos e a procura classificar no sistema. Aqui vale lembrar os preceitos de Carl Lineu que se impuseram desde meados do século XVIII, pois até aquele momento, havia vários sistemas classificatórios empregados pelos estudiosos da natureza.⁹ Com a imposição do sistema lineano, ou seja, com a aceitação por parte da comunidade científica da utilização deste método, possibilitou-se uma linguagem universal entre os pesquisadores, na Europa. Lineu enviava seus discípulos pelo mundo para coletar novas espécies com o objetivo de engrandecer o *systema naturae*. As regiões ricas em diversidade natural, tal como o Brasil, tornaram-se verdadeiros paraísos para os naturalistas, dispostos a concretizar a tarefa lineana de que “toda a natureza podia entrar na taxonomia”.¹⁰ Disso decorre uma fúria colecionista, da qual Spix e Martius participam ativamente, visando à descoberta de novos espécimes a serem apresentados no meio acadêmico na Europa. Trata-se de um amplo projeto, um “projeto ilustrado”, conforme entende Flora Sússekind,¹¹ que previa enriquecer coleções, montar museus de história natural, expandir jardins botânicos – que na concepção lineana se

assemelhavam ao Éden por reunir num mesmo lugar todas as plantas, – bem como contribuir para o mercado editorial com livros de viagem, notícias em jornais e revistas ilustradas, além de amplos estudos sobre a natureza. Igualmente, quem realizou uma viagem de exploração podia contar com uma ascensão em sua carreira.

No caso de Spix e Martius isso se faz notar. Após o retorno para a Europa, são recebidos pelo rei Maximiliano José I da Baviera que os eleva à nobreza, concedendo-lhes a Cruz de Cavaleiro da Ordem do Mérito Civil; Spix é nomeado conselheiro da corte. Ambos tornam-se membros de várias academias e sociedades científicas. Na Academia de Ciências de Munique galgam postos hierárquicos; Martius assume a cadeira de botânica na Universidade de Munique, amplia e incrementa o Jardim Botânico, do qual foi diretor por muitos anos. Spix, no entanto, não teve a sorte de seu companheiro. Jamais recuperou a sua saúde desde o retorno e morre seis anos depois da viagem. Assim, a elaboração do trabalho após a exploração, ficou inacabada. Já Martius viveu por mais quatro décadas. Em toda a sua obra, dos estudos botânicos e fitogeográficos, passando pelo denso livro de viagem e os textos etnográficos até chegar ao campo da historiografia e da literatura ficcional, o Brasil sempre está no foco.¹²

E nesse âmbito, a abertura dos portos em 1808, o fim do antigo sistema colonial e

do exclusivismo português foram decisivos para este “novo descobrimento do Brasil”.¹³ O grande reino nos trópicos pode ser investigado pelo olhar interessado dos estrangeiros. Cobiças neocolonialistas também se traduzem no interesse “científico”. São avaliados potenciais econômicos ao investigar o estado das coisas no que tange ao extrativismo mineral, vegetal, à economia agrícola, à disponibilidade da mão de obra e às suas qualificações e assim por diante.

Voltemos ao naturalista. Para ele, a compreensão do mundo natural, contudo, ia além da tarefa lineana de sistematizar os objetos naturais. O historiador da natureza também deveria ter uma relação afetiva com o mundo natural, que se traduzia na experiência do sentimento da natureza – o *Naturgefühl*. Isso pelo menos para o nosso botânico Martius e o zoólogo Spix. A dimensão romântica¹⁴ se reflete na obra destes autores. Spix e Martius chegam aos trópicos tendo lido Goethe, que propunha unir ciência com poesia: baseado em uma concepção organicista da natureza, Goethe considerava-a um “grande animal vivo, um organismo que jamais poderia ser traduzido matematicamente”, opondo-se, dessa maneira, a qualquer tendência mecanicista.¹⁵

Martius escreve em 1825 ao já velho Goethe: “Diferenciamos gêneros, espécies, organizamos classificações, e acreditamos ter feito muito quando indicamos a todos da arca de Noé o seu lugarzinho no nosso esquema.” E ele se pergunta:

mas se este discernimento for em vão diante de novas descobertas de características que reorientariam a classificação? Para responder à indagação, lança mão de sua concepção de natureza. O que importa, conclui, é perceber o

espírito da natureza, que justamente não pode ser apreendido por diagnóstico nenhum. Mas ele está vivo e presente, eternamente solicitando a mente humana, atraindo e rejeitando-a; trata-se de um grande jogo, que seria terrível, se não se pudesse crer que não finda com a morte, e sim que se perpetua nos éons cada vez mais encantado, enobrecido e apoteosado.¹⁶

Igualmente os nossos naturalistas dialogam com o pensamento de Rousseau que descreve em *Os devaneios de um caminhante solitário* a sua nova paixão ao descobrir a botânica. Ele afirma que seria impossível botanizar sem sentir a natureza;¹⁷ Spix foi aluno do filósofo Schelling, na época importante porta-voz dos preceitos da filosofia da natureza. E seguem os passos de Alexander von Humboldt. Também o barão prussiano advoga que o sentimento da natureza é imprescindível para a compreensão dela, e projeta esse gesto para a experiência nos trópicos. Lemos suas palavras numa carta a Goethe: “A natureza deve ser sentida; quem somente vê e abstrai, pode dissecar plantas e animais no turbilhão do pulsar dos trópicos ardentes ao longo de toda uma vida, acreditando estar des-

crevendo a natureza, permanecendo, no entanto, eternamente alienado dela”.¹⁸

Em sua obra sobre o Novo Continente, *Ansichten der Natur* (de 1807), em português intitulado *Quadros da natureza*, Humboldt conceitua o *Naturgemälde*, ou quadro da natureza. Humboldt elege os trópicos como lugar privilegiado para a “antiga comunhão da natureza com a vida espiritual do homem”. Caberia às descrições preencher os requisitos de um “quadro da natureza”, ou seja, ter o poder de reproduzir no leitor “o prazer que a mente sensível recebe da contemplação imediata da natureza”, além de apresentar um “panorama” do mundo natural e servir de “prova da ação conjunta das forças”. Para tanto, o estilo da escrita “tende a uma prosa poética”, tocando o “sentimento e a fantasia”.¹⁹

Ou seja, há uma estetização e poetização dos objetos científicos. O quadro da natureza poderia ser um poema, uma pintura, uma gravura ou um tratado científico. A descrição deveria suscitar prazer ao leitor, bem como entretê-lo e ao mesmo tempo ensiná-lo.

Dialogando com o exotismo e o estilo da descrição do mundo natural difundido por Bernardin de St. Pierre,²⁰ Humboldt considera que a “capacidade de sentir a natureza” seria uma das razões que despertavam o interesse por regiões extra-europeias. Igualmente, esta capacidade seria essencial, como vimos, para compreender o mundo natural em sua totalidade, evitando ficar-se “eternamente

alienado dele”. No entanto, Humboldt também reconhece que aqui residia um grande perigo que poderia interferir na compreensão da natureza, pois sentimentos que vagueiam descontroladamente, de forma “selvagem”, resultariam em “devaneios da natureza”.²¹ Ao que tudo indica, Humboldt delinea aqui a fronteira entre o naturalista e o poeta puro, escritor ou mesmo filósofo romântico. Na visão dos poetas românticos, conforme Antonio Candido, o mundo natural, *in extremis*, é inexprimível, por ser algo “supremo” e “misterioso”. E não há razão que o possa inferir, que o possa compreender, nem mesmo palavras que o possam traduzir. Daí os textos fragmentados, as “explosões emocionais”, apontando a limitação da arte diante da grandeza do mundo natural.²² O barão prussiano também se queixa da dificuldade de tratar esteticamente os assuntos naturalistas. Embora reconheça a “maravilhosa força e flexibilidade da língua alemã”, acha difícil transmitir a “impressão total” do quadro da natureza.²³ O sentimento da natureza, quando na medida certa, assim advoga o naturalista, seria um caminho possível para compreender o mundo natural, sem cair em devaneio.

Preocupação semelhante se encontra no pensamento de Martius. Em 1827, ele escreve a Humboldt, demonstrando a sua irritação com muitos disparates produzidos por assim chamados filósofos da natureza e místicos. O botânico revela a

expectativa de que Humboldt poderia exercer uma boa influência no sentido de calar estes “impostores”.²⁴ Numa outra carta, dirigida a Goethe no ano de 1825, Martius fundamenta a sua forma de apreender o mundo natural. Após detalhada explicação, ele conclui que a natureza, sendo um objeto da ciência tomada na “totalidade” de suas relações – o que exige do pesquisador o sentimento da natureza, – torna-se semelhante à mais elevada obra de arte. Por isso, a seu ver, a dedicação científica na observação do mundo natural seria permeada por uma essência poética que, conforme o tipo de objeto a ser investigado, seria mais ou menos limitada pela razão. Contudo, essa razão atua sempre subordinada à essência poética.²⁵ Enfim, nota-se que para a intelecção do mundo natural e a produção do conhecimento, Martius confere menor importância à razão do que ao sentimento, aproximando-se, para falar com Antonio Candido, da “aventura essencialmente romântica”, porém na medida certa para não comprometer a ciência.

Em suma, na *Viagem pelo Brasil*, as cenas da natureza resultam de uma síntese entre a apreensão científica e o sentimento evocado pela observação do mundo natural. Se os pressupostos lineanos seriam um ponto de partida para a compreensão inequívoca de um mundo natural universalmente classificável e assim identificável, furtando-lhe a estranheza, o sentimento da natureza, ao contrário, possibilita a apreensão subjetiva e particularizada do obje-

to. Nesse sentido, os quadros da natureza da *Viagem pelo Brasil* traduzem a “singularidade da emoção” dos autores, por ela ser “intransferível e peculiar ao sujeito determinado”.²⁶ Com base nessa dupla apreensão, as paisagens naturais são localizáveis no tempo e no espaço e diversificam-se conforme o espectro das emoções dos observadores, sobrepondo ao deslocamento geográfico uma viagem sentimental dos naturalistas que se apresentam em numerosos quadros de deleite, prazer, dentre eles alguns edênicos, outros melancólicos, alguns quadros teofânicos e poucos quadros infernais.²⁷

Alguns têm o poder de síntese – talvez seja a meditação no Pará um bom exemplo. Há uma dimensão temporal que recorta a cena: da madrugada, atravessa-se o amanhecer, o dia, e se finda no crepúsculo. Uma espacial, que delimita o lugar: mata em torno da cabana onde Martius está hospedado. Uma fitogeográfica: a floresta amazônica e a latitude zero – tido pelo naturalista como o lugar de harmonia entre todas as forças, lugar de equilíbrio entre o céu e a terra. Uma dimensão sensível que toca todos os órgãos do ser humano: visão, tato, olfato, pele e audição. E a que toca a alma romântica. Martius explica ao leitor a razão de inserir esta passagem, pedindo-lhe quase licença; o relato de viagem também deve refletir a vida íntima dos autores, assim revela. Martius descreve sons, cheiros, movimentos, tensões, mudanças de temperatura e umidade que se manifestam

através da variedade dos objetos naturais. Astros, plantas, animais, ar, vento, chuva, nuvens e odores atuam como personagens quase antropomorfos no espetáculo da natureza, que oscila entre o dramático, o lírico e o erótico, sobretudo quando se trata de descrever a vitalidade e a força reprodutiva nos trópicos:

Com a sombra da tarde, animais e plantas são inspirados de novas expectativas e íntimos murmúrios e sussurros animam as trevas da floresta; saudades amorosas, renovadas, propagam-se com os perfumes voluptuosos de flores recém-desabrochadas; a natureza cede ao prodigioso impulso sexual.

A meditação se encerra no observador; no final do dia, a natureza mergulha em “sono e sonhos” e o “éter” que envolve a terra “inspira humildade e confiança no coração do homem: a dádiva *mais* divina após um dia de contemplação e prazer”.²⁸ Observa-se aqui o quadro do prazer e da teofania, ou seja, a manifestação divina através da natureza.

SOBRE A SENSAÇÃO DE FELICIDADE

Já quando recém-chegados ao Rio de Janeiro, os exploradores nar-ram minuciosamente os passos do primeiro passeio pela mata atlântica na floresta do Corcovado. Spix e Martius se acham

enfeitiçados no meio da pujante natureza estranha. (...) O aspecto majestoso, a doce tranquilidade e a paz

dessas matas, só interrompidas pelo sussurro das asas dos colibris matizados, que voam de flor em flor e pelo canto mavioso de passarinhos estranhos e insetos (...).

E extasiados concluem: “tudo age com magia toda especial na alma do homem sentimental renascido pelo espetáculo do delicioso país”.²⁹

O país é “delicioso” pela sua natureza. Temos aqui mais uma retomada humboldtiana – em uma carta ao irmão Guilherme, Alexander relata a sua chegada no Caribe em 1799 (Cumaná). São muitas as sensações de prazer, que ocorrem na natureza (“Sinto que serei muito feliz neste lugar”). Aqui vale lembrar que Humboldt e seus “seguidores”, como Spix e Martius, tinham instrumentos e métodos científicos para perceber o quanto a pujança e a diversidade da natureza tropical concorriam para a feliz realização do projeto naturalista. Nesse sentido, a experiência de estar na natureza tropical motivado por uma expedição científica, pelo “projeto ilustrado”, ajuda a recusar as teses decadentistas e detradoras que os filósofos do século XVIII, como o conde de Buffon e seus debatedores, os abades Cornélius de Pauw e Guillaume Raynal, defendiam. E a expressão mais derradeira, contemporânea a Spix e Martius, encontrava-se em Hegel, conforme Antonello Gerbi analisa em *A disputa sobre o Novo Mundo*.³⁰ Em síntese, para estes pensadores, a decadência natural se projetava na ju-

ventude do continente, na debilidade da fauna, na selvageria da flora, no clima insalubre e no seu habitante original, moral e fisicamente inferior ao europeu, excluindo esta região da civilização e do progresso histórico. Spix e Martius se opõem às imagens negativas quando o assunto recai tão somente sobre a natureza sem os homens. A sensação de prazer e gozo, bem como as revelações teofânicas do mundo natural – que mais se manifestariam na região equatorial – propiciando o conhecimento (*Erkenntnis*) acerca do objeto estudado apontam para uma ruptura com as imagens detratoras. Além disso, a vitalidade desta natureza superava a das regiões temperadas. Os naturalistas retomam a discussão sobre a idade do continente e sua umidade, que para Buffon era marca de sua putrefação, e esclarecem:

É opinião geralmente espalhada que o mundo novo surgiu das águas mais tarde do que o nosso continente. Embora não possamos encontrar apoio para essa conjectura nem nas condições geológicas, nem nos mais antigos vestígios de aborígenes americanos, é difícil refutar a ideia de que o elemento aquoso foi aqui muito fortemente operante.³¹

Mas não no sentido pernicioso e sim como algo propício para a enorme vitalidade. E se não havia animais de grande porte, como elefantes, dromedários, leões, o que na concepção buffoniana serviu de razão para justificar a deca-

dência da natureza americana, Spix e Martius apresentam um outro cenário: ao penetrarem na mata virgem, sentiram-se “como que oprimidos pela sua esmagadora força criadora como o homem sente ao deparar com um elefante ou baleia”. Árvores “colossais” substituem os animais de grande porte. Ao lado delas, assim comparam e concluem: “nossos carvalhos são anões.” E mais do que isso, elas figuram como “testemunhas de eras passadas” pela sua idade, atestando a sua sobrevivência para além da história da humanidade. Enquanto povos e idiomas se extinguíam, elas se enraizaram no solo, formando a sua história, que o naturalista deveria desvendar.³²

Na totalidade do quadro, tributária de uma visão sistêmica entre os objetos da natureza e as suas interrelações, incluem-se, como já aduzido, os homens. Quando observamos a iconografia da produção botânica, por exemplo, na *Historia naturalis palmarum*³³ e no primeiro volume da *Flora brasiliensis*,³⁴ os homens são pequenos diante do espetáculo natural. Mas estão integrados na imagem, quando aparecem na qualidade de naturalista observador ou caçador, ou quando “nativos”, fazendo uso da gentil natureza, o que deixa entrever uma relação harmoniosa entre o homem e o mundo natural. Ela se expressa num estilo pitoresco, no sentido que Giulio Argan discute em sua história da arte, baseado na conceituação de A. Cozens. O pitoresco como uma es-

tética da sensação de integração, de inclusão harmoniosa do homem pela natureza.³⁵ Igualmente, este estilo estético seria o mais adequado para o preceito de unir ciência com poesia sem cair em devaneios tal qual Humboldt advertia.

Já na *Viagem pelo Brasil*, as descrições literárias que envolvem a presença humana apontam para uma dupla tensão. O homem como objeto de estudo, que deve ser submetido a classificações raciais numa hierarquia de mais e menos civilizado. Não é meu propósito explorar aqui este assunto, já bastante discutido em outro lugar. Lembro somente que as imagens sobre os índios são detratantes, desembocando na sua desfiguração, em que se explicita a dúvida se eram de fato humanos ou semi-humanos ou semiselvagens. Spix e Martius

referem-se a verdadeiro “enigma”, por verem que a civilização, algo em si benéfico para a humanidade, age como veneno letal.³⁶

Nesse passo, há uma retomada das concepções setecentistas acerca do habitante original. E, em relação ao negro, as imagens depreciativas reiteram a necessidade da escravidão – que embora cruel, era uma forma de levar a civilização a um povo originário de uma região considerada bárbara.³⁷

O outro polo da tensão se expressa na luta entre a natureza e a civilização, herdeiros do pensamento da Ilustração. O processo civilizador, um eufemismo para a europeização a ser compreendido nas dinâmicas neocoloniais, era inexorável. Visões de futuro transpiram uma ideia de que o grande reino nos trópicos ingres-



Arbores Ante Christum Natum Enatae. In silva juxta fluvium Amazonum

A

sará no patamar das nações civilizadas, desdizendo as profecias hegelianas. Quando Spix e Martius se despedem do Brasil, escrevem: “animava-nos o ardente desejo que o magnífico país, tão ricamente dotado, viesse a amadurecer, demorada e seguramente, para a meta de seu aperfeiçoamento.”³⁸

Mas essa meta pressupunha, entre outras coisas, a dominação da natureza pela ação humana. Há muitas passagens

C

em que o olhar providencial ecoa como uma ode ao progresso:

quando os habitantes deitarem abaixo as matas, dessecarem pantanais, rasgarem estradas por toda parte, fundarem aldeias e cidades, e, assim, pouco a pouco, triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e a recompensarão plenamente (...).³⁹

E

Sylva Primaeva Prope Pedra da Onça, Praedium in Prov. Sebastianopolitana

No entanto, se a civilização trouxesse benefícios também seria destruidora. Os autores perceberam que tributária dela os índios foram em grande parte dizimados. Do mesmo modo, em vários momentos observaram com ressalvas a forma predatória de como o colono luso-brasileiro explorava o mundo natural. Exímio exemplo dessa crítica encontramos no primeiro volume da *Flora brasiliense*. A imagem seguinte retrata as queimadas que destruíam a mata virgem para ceder lugar ao plantio,⁴⁰ processo descrito pela longa legenda em que se sublinha a violência desta prática. Enfim, na *Viagem pelo Brasil* externa-se a preocupação de que

A civilização, que transforma a superfície da terra, também a afugenta, extingue os seres mais fracos; insaciável, a civilização, finalmente, mesmo

ameaçando a humanidade, arrasta toda a natureza em sua voragem.⁴¹

E diante disso, o naturalista teria que se apressar na tarefa de estudá-la antes que ela desaparecesse em sua originalidade e como fonte de sua história, furtando do historiador da natureza sua razão de ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que a barbárie e a selvageria (natural e social) nos trópicos devam ceder lugar à civilização – com as suas nuances e diferenciações, que aqui não foram tematizadas detalhadamente – perpassa toda a *Viagem pelo Brasil*. Em síntese, ela se traduz no desejo da dominação do homem europeu, da “raça branca”, no território extraeuropeu. Evidentemente não se trata de uma proposta



Silva Caesa, *Cum Ficu Grandaeva, Ad S. Joannem Marcum*, prov. Rio de Janeiro

que escapa da visão de mundo da maioria dos europeus oitocentistas viajantes e da elite europeizada no Brasil. Aqui se sintetiza uma projeção própria da “literatura de viagem”, no sentido de ela ter como função a “invenção das periferias” pelos centros “hegemônicos”, conforme Mary Louise Pratt demonstra em seus estudos.⁴² Uma invenção discursiva e de práticas visando à reiteração das relações desiguais de dominação entre o Novo e o Velho Mundo, nas quais se omite o quanto a “periferia” marca indelevelmente os centros. No caso de Spix e Martius, em particular Martius, que teve mais tempo para desdobrar a sua produção intelectual sobre o Brasil, a vocação dos “germânicos” seria conquistar os espaços e povos não europeus pelo “espírito”, pela ciência e pelo conhecimento.⁴³ Esta era certamente uma resposta à própria situação “periférica” de uma Alemanha ainda inexistente enquanto nação e império unificado. Diante desta falta de vigor e condição imperialistas, o apoio à vinda de imigrantes de língua e cultura germânicas se justificava. Vale lembrar que a primeira etnia de imigrantes não ibéricos a desembarcar sucessivamente em nossas paragens nas primeiras décadas do século XIX era formada por “alemães” e “suíços”. Neste sentido, entende-se a própria expedição de Spix e Martius. Nela reside o enorme esforço de projetar a Real Academia de Ciências de Munique, sob os auspícios do rei, no cenário científico europeu, aproximando-a dos fortes con-

correntes em Paris, Londres, Viena e Petersburgo.

Mas há neste movimento de conquista, para garantir poderes, posições e domínios, do qual Spix e Martius participam, alguns momentos de questionamento, que quase resvalam numa voz de oposição, ainda que tímida. Refiro-me aqui, em particular, ao romance *Frei Apolônio*, não fortuitamente assinado pelo anagrama do sobrenome do botânico, Suitram. Este romance de formação, ambientado na floresta amazônica, Martius encerra em 1831, uma década após o retorno e a posterior morte das duas crianças indígenas levadas (ou deportadas) pelos naturalistas para Munique como “peça viva” de gabinete.⁴⁴ No final do livro, protagonizado por um missionário, um comerciante, um naturalista e vários índios, o estudioso da natureza, alter ego de Martius, revê as suas posições acerca dos “selvagens”.

Principalmente adquiri respeito por uma raça, que antes mais me parecia uma turba repudiável de infelizes. (...) e hoje resolvo os problemas na profunda convicção de que a parte da raça índia, que considerava decadente e perdida, e cujo primitivismo rejeitava, era carne da minha carne e espírito do meu espírito.⁴⁵

Também em relação aos negros, há um esforço de compreender a escravidão e de expressar a reprovação de um sistema tão cruel. Em uma palestra dedicada a Lineu, Martius descreve minuciosamen-

te um sonho em que teria se encontrado com o próprio. Os dois fazem juntos uma viagem imaginária, atravessando a atmosfera, quando aproximam-se das terras brasileiras. Após sobrevoar as matas, avistam de cima Salvador, justamente o mercado de escravos, ensejo para Martius revelar sua inquietação:

(...) muito me magoava a ideia de que a raça etiópica era há tempos objeto de roubo devido à avareza e à cobiça. Como poder harmonizar esta destruição contínua de toda dignidade humana (...) com a igualdade dos homens perante o Criador e a justiça?⁴⁶

Não seriam essas questões uma tentativa de acerto de contas e talvez um

ponto de partida para uma viagem de retorno menos eurocêntrica? Acontece que esta nunca ocorreu. Martius, embora fosse jovem quando voltou para a sua pátria, dela nunca mais saiu. E o romance, que mostra a transformação do naturalista que acaba por se identificar com os índios, levou mais de 150 anos para vir a lume. E no sonho com Lineu, Martius levanta uma questão pertinente, que desvela certa sensibilidade e que poderia resultar numa postura antiescravagista. No entanto, ao longo das respostas do mestre Lineu, são retomadas as opiniões depreciativas em que se justifica a escravidão dos negros africanos como resultado de sua própria “degeneração”.

1. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I, Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820*. Munique: Lindauer; Lentner, 1823-1831. 3 v. com atlas. A versão brasileira, *Viagem pelo Brasil*, foi editada em 1938, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, e teve várias reedições. Doravante a maioria das citações é oriunda da edição da Edusp/Itatiaia, de 1981. Após a barra inclinada, quando necessário, indicar-se-á a página da edição original fac-similada, publicada em 1980, em Stuttgart, pela editora Brockhaus. Quando a citação for da versão brasileira de 1938, marcar-se-á essa data para distinguir das outras edições.
2. Idem, *ibidem*, v. 3, p. 18.
3. Cf. LEITE, Miriam Moreira. Naturalistas viajantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-19, nov. 1994/fev. 1995; e LISBOA, Karen M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na “Viagem pelo Brasil” (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997, p. 67 e ss.
4. O rei da Baviera, Maximiliano José I, patrono da expedição, era o sogro do imperador austriaco, Francisco I, pai da d. Leopoldina. Aproveitou as suas relações familiares, solicitando-lhe a inclusão de Spix e Martius, naturalistas da Real Academia de Ciências

de Munique, na missão científica integrante do séquito de d. Leopoldina, organizada pela Academia de Ciências de Viena. Dela participaram o botânico Emanuel Pohl, o mineralogista Rochus Schüch, o naturalista Giuseppe Radi, o zoólogo Johann Natterer, o entomologista Johann Christian Mikan, o botânico Heinrich Wilhelm Schott, o pintor Thomas Ender, o caçador Ferdinand Wilhelm Sochor, os desenhistas G. K. Frick, Johann Buchberger e Franz Joseph Frühbeck.

5. Johann Baptist von Spix nasceu em 1781, em Höfstadt an der Aisch. Estudou filosofia, teologia e medicina em Würzburg, doutorando-se em medicina e especializando-se em zoologia. Antes de viajar ao Brasil, realizou expedições científicas na França, Itália e Suíça. Foi membro de várias academias científicas. Morreu em 1826, seis anos após o retorno da viagem pelo Brasil, e não pôde concluir suas pesquisas.
6. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 1, p. 27.
7. Karl Friedrich Philipp von Martius nasceu em 1794, em Erlangen. Estudou medicina, doutorando-se em botânica. Foi professor da Universidade de Munique e membro de várias academias científicas, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Além de sua monumental obra botânica, escreveu textos sobre etnografia e historiografia brasileiras, bem como se dedicou à poesia e à prosa. Morreu em Munique em 1868. Para mais dados sobre os autores, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 51-67.
8. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 1, p. 27.
9. Desde 1623, com Gaspar Bauhin, até 1750, existiam 25 métodos classificatórios para a botânica; entre 1647 e 1775, contavam-se 27 sistemas na mineralogia, que aos poucos foram se desatualizando. Cf. LEPENIES, Wolf. *Das Ende der Naturgeschichte*. Munique: Carl Hanser, 1976, p. 53.
10. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 148; PAPAVERO, Nelson. *Essays on the history of neotropical dipterology*. São Paulo: Museu de Zoologia; USP, 1971, p. 3. Para maiores dados sobre os naturalistas enviados por Lineu à América do Sul, consultar a obra de Carl Lineu, *The systema naturae*.
11. Cf. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 106.
12. Sobre a obra zoobotânica de Spix e Martius, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 70-71.
13. Sérgio Buarque de Holanda refere-se a um “um novo descobrimento do Brasil” para caracterizar a vinda de numerosos estrangeiros à colônia portuguesa na América do Sul após a abertura dos portos em 1808 e, conseqüentemente, a derrocada do antigo sistema colonial. São comerciantes, artistas, imigrantes, naturalistas, diplomatas, mercenários, educadoras, vindos de diferentes regiões do Velho Mundo e dos EUA, que, motivados por diferentes objetivos, investigam minuciosamente o país. Essa abertura de fronteiras inédita conferiu ao país um caráter cosmopolita, especialmente nas principais cidades portuárias, e de internacionalização tributários dos interesses neocolonialistas das nações hegemônicas europeias, sobretudo da Grã-Bretanha. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: _____ (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976, t. 2, v. 1, cap. 1, p. 13; MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à época da Independência. In: _____ (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 60.
14. Seria equivocado reduzir o romantismo a um movimento que negava o “racionalismo” da Ilustração. O romantismo apresenta-se sob várias faces, traduzindo-se numa *visão de mundo* ambígua e controversa. Entende-se pela *visão de mundo* romântica um “*estilo de pensamento, uma estrutura básica de sentimento*”. Suas manifestações encontram-se não somente na literatura e nas artes, mas também entre economistas, políticos, filósofos, naturalistas, historiadores etc. A questão central do romantismo gira em torno de uma “*nostalgia das sociedades pré-capitalistas e uma crítica ético-social ou cultural ao capitalismo*”, que se apresenta sob versões tanto conservadoras como progressistas e revolucionárias. Esse passado pré-capitalista encontra-se “ornado de uma série de virtudes (...), como, por exemplo, a predominância de valores qualitativos (valores de uso ou valores éticos, estéticos e religiosos), a comunidade orgânica entre os indivíduos, ou, ainda, o papel essencial das ligações afetivas e dos sentimentos – em contraposição à civilização capitalista moderna, fundada na quantidade, o preço, o dinheiro, a mercadoria, o cálculo racional e frio do lucro, a atomização egoísta dos indivíduos”. LÖWY, Michel. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1990, p. 12-13, 35 (grifos no original).

15. Opondo-se a preceitos da ciência iluminista, Goethe negava qualquer interpretação racionalista, cuja base fosse pressupostos newtonianos. A natureza era interpretada como um organismo vivo, que poderia ser observado pelos cinco sentidos humanos, dentre os quais o da visão seria o mais privilegiado. A visão seria o que “melhor conseguia satisfazer às exigências plásticas do poeta, o seu amor à riqueza e à metamorfose de formas da natureza”. BORNHEIM, Gerd. Filosofia do romantismo. In: GUINSBURG, J. (org.). *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 96-97; CASSIRER, Ernst. *Rousseau, Kant, Goethe*. Princeton: Princeton University Press, 1945, p. 81. Sobre a presença do ideário de Goethe no pensamento científico dos séculos XVIII e XIX, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 73-74.
16. MARTIUS, Karl Friedrich P. von apud MARTIUS, Alexander von (org.). *Goethe und Martius*. Mittelwald: Arthur Nemayer Verlag, 1932, p. 82. Carta de 18 de maio de 1825 (grifo no original). Segundo W. Lepenies, o pensamento naturalista do século XIX sugeriu várias medidas temporais para dimensionar os processos evolutivos da natureza. O “éon” seria uma dessas propostas. Ibidem, p. 28 e 71.
17. “Encontrava-me então no primeiro fervor pela botânica (...) que em breve se tornou paixão”, revela Rousseau quando de suas primeiras caminhadas nas redondezas do lago de Bienne. Nessa descoberta também sente que “quanto maior for a sensibilidade de sua alma (do contemplador do mundo natural), mais se entregará aos êxtases que excita nele sua harmonia (dos três reinos da natureza). Um devaneio doce e profundo apodera-se então de seus sentimentos e ele se perde, com uma deliciosa embriaguez, na imensidade do belo sistema (da natureza) com a qual sente-se identificado. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os devaneios de um caminhante solitário*. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. Brasília: Hucitec; Universidade de Brasília, 1986, p. 73 e 93.
18. HUMBOLDT, Alexander von apud LISBOA, Karen M., op. cit., p. 89-90, nota 14.
19. HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*. Nordlingen: Franz Greno, 198, p. 7-9.
20. Sob a pena de Bernardin de St. Pierre, na introdução dos *Études de la nature*, publicado em 1784, é formulada uma espécie de manifesto da natureza exótica: o objetivo do escritor era descrever campos e plantas diferentes dos europeus. Desejava também transportar os poetas da Europa aos espetáculos da natureza para que fizessem os *tableaux de la nature*. Montanhas esverdeadas, lua cheia, nuvens, canto dos pássaros, som dos insetos, firmamento resplandecente e o Cruzeiro do Sul são alguns dos objetos que compõem os memoráveis quadros das noites tropicais. Cf. HUDDE, Hinrich. *Naturschilderung bei den Rousseau-Nachfolgern*. In: HEITMANN, Klaus (org.). *Europäische Romantik* II. Wiesbaden: Akademische Verlagsgesellschaft Athenaion, 1982, v. 15, p. 135-142. O legendário romance *Paul et Virginie*, resultado de sua viagem a Ilha de France (atual Ilha Maurícia), na costa leste da África, foi publicado por St. Pierre na terceira edição dos *Études de la nature*, em 1788. Este romance acompanhou Humboldt em sua expedição pela América, auxiliando-o a enxergar as paisagens, especialmente a vegetação e a noite tropical. Para Humboldt, St. Pierre sabia representar a natureza dos trópicos, não por ser um naturalista, mas por senti-la nas suas harmoniosas relações de trocas entre formas, cores e forças internas. LÖSCHNER, Renate. *Die künstlerische Darstellung Lateinamerikas im 19. Jahrhundert unter dem Einfluss Alexander von Humboldts*. In: _____ (org.). *Deutsche Künstler in Lateinamerika. Maler und Naturforscher der 19. Jahrhundert illustrieren einen Kontinent*. Berlin: Dietrich Reimer, 1978, p. 13-48.
21. HUMBOLDT, Alexander von apud BENDER, Brigitte. *Aesthetische Strukturen der literarischen Landschaftsbeschreibung in den Reisewerken des Fürsten Pückler-Muskau*. Frankfurt; Main: Lang, 1982, p. 46.
22. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959, v. 1, p. 49 e 51; v. 2, p. 32.
23. HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der Natur*, op. cit., p. 7.
24. MARTIUS, Karl Friedrich P. von apud BECK, Hanno. *Alexander von Humboldt*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1959-1961, p. 276.
25. MARTIUS, Karl Friedrich P. von apud MARTIUS, Alexander von, op. cit., p. 80-82.
26. CANDIDO, Antonio, op. cit., v. 1, p. 278.
27. Para mais detalhes sobre estes quadros, ver LISBOA, Karen M., op. cit., p. 93-120.
28. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 3, p. 20, 892-893 (grifo meu).
29. Idem, ibidem, v. 1, p. 80.

30. GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo*. Tradução de Antonio Alatorre. 1. ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1960.
31. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 3, p. 311.
32. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., (1938) v. 2, p. 46.
33. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Historia naturalis palmarum*. Munique: Impensis Auctoris, Lipsae, 1823-1853. 3 v.
34. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *The journey of von Martius – Flora brasiliensis*. Rio de Janeiro: Index, 1996, v. 1 (Versão inglesa do volume publicado originalmente em Munique em 1840). Original está disponível em www.florabrasiliensis.cria.org.br.
35. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna, do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18-20; LISBOA, Karen M., op. cit., p. 97-101.
36. Cf. LISBOA, Karen M., op. cit., p. 143-168 (Negros e índios no Brasil: um obscuro enigma?).
37. Idem.
38. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von, op. cit., v. 3, p. 316.
39. Idem, ibidem, p. 104.
40. MARTIUS, Karl Friedrich P. von, *The journey of von Martius – Flora brasiliensis*.
41. SPIX, Johann B. von e MARTIUS, Karl Friedrich P. von. Die Pflanzen und Thiere des tropischen America, zunächst als Erklärung der Abbildung im Atlas. In: _____. *Reise in Brasilien*, edição facsimilar, 1981, v. 3, p. IX-X. (Tradução da autora). Esse ensaio foi suprimido da edição Edusp/Itatiaia (1982). Consta na edição de 1938, porém com problemas de tradução.
42. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.
43. “Nós alemães, mesmo sem colônias, temos uma só propriedade (...), o campo do espírito [*Feld des Geistes*]. Estamos destinados para explorar o Novo Mundo no interesse intelectual e alargar esses interesses.” MARTIUS, Karl Friedrich P. von. A etnografia da América, especialmente do Brasil: o passado e o futuro do homem americano (1867). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 535-562, 1904.
44. De início, os naturalistas contavam com seis índios, dos quais somente o menino dos juri e a menina dos miranhas chegaram vivos em Munique. O menino viveu por seis meses, a menina, um ano.
45. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Frei Apolônio: um romance do Brasil*. Organização e tradução de Erwin Theodor. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 216. Para mais detalhes sobre este romance, ver LISBOA, Karen M. Da expedição científica à ficcionalização da viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 21, n. 1, p. 115-132, jan./jun. 2008.
46. MARTIUS, Karl Friedrich P. von. *Linné und der Zweifler: Ein Vortrag gehalten am Linneus-Feste, den 24. mai 1838*. s/l. Mimeo, 1963, p. 19. Acervo da Biblioteca do Instituto Martius-Staden, São Paulo.